

**AÇÕES COLETIVAS DOS NÚCLEOS DE AGRICULTORES FAMILIARES DO
MUNICÍPIO DE MATA RS EM SUA RELAÇÃO COM INSTITUIÇÕES LOCAIS:
ANÁLISE DOS LIVROS DE ATAS.
COLLECTIVE ACTIONS OF FAMILY FARMER GROUPS IN THE MUNICIPALITY
OF MATA RS IN THEIR RELATIONSHIP WITH LOCAL INSTITUTIONS: ANALYSIS
OF THE MINUTE BOOKS.**

Autor(es) Roselaine Tereza Piber
Filiação Universidade Federal de Santa Maria UFSM
E-mail roselainepiber@gmail.com

Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto
Filiação Universidade Federal de Santa Maria UFSM
E-mail everton.picolotto@ufsm.br

**Grupo de Trabalho: GT6. Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no
meio rural**

Resumo

O objetivo do presente trabalho é analisar algumas ações coletivas dos Núcleos de Agricultores Familiares (NAFs), existentes nos aglomerados rurais do município de Mata – RS, e sua convergência com a presença de três Instituições: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata (STR), o Escritório da Emater- Ascar/RS e a Administração Municipal, através do estudo de material de pesquisa coletado nos livros de Atas de quadro núcleos (215 atas, que abarcam os anos 1980 a 2020). Para complementar a análise, realizaram-se algumas entrevistas com lideranças dos núcleos e agentes públicos locais, especialmente no segundo semestre de 2020. Conclui-se que o trabalho conjunto entre os NAFs e as Instituições citadas possibilitou o debate e a participação dos agricultores familiares, a fim de que suas reivindicações fossem colocadas em pauta e demandas fossem priorizadas e encaminhadas à realização. Bem como viabilizou os serviços de comunicação e assessoria, e políticas públicas foram acessadas pelos agricultores familiares, tanto relativas à produção de alimentos, como direito à aposentadoria e acesso à água potável.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Políticas Públicas; Sindicalismo; Associativismo Rural; Ações coletivas.

Abstract

The objective of the present work is to analyze some collective actions of the Family Farmers Centers (NAFs), existing in the rural agglomerations of the municipality of Mata – RS, and their convergence with the presence of three Institutions: Union of Rural Workers of Mata (STR), Emater-Ascar/RS Office and Municipal Administration, through the study of research material collected in the books of Minutes of core staff (215 minutes, covering the years 1980 to 2020). To complement the analysis, some interviews were carried out with leaders of the centers and local public agents, especially in the second half of 2020. It is concluded that the joint work between the NAFs and the aforementioned Institutions enabled the debate and participation of family farmers, so that their demands were put on the agenda and demands were prioritized and forwarded to realization. It also enabled communication and advisory services, and public policies were accessed by family farmers, both relating to food production, the right to retirement and access to drinking water.

Key words: Family Farming; Public policy; Unionism; Rural Associativism; Collective actions

1. Introdução

O propósito deste artigo¹ é investigar a existência de ações coletivas destinadas a melhorar a qualidade de vida dos participantes, e se essas ações podem ser atribuídas à parceria entre os Núcleos de Agricultores Familiares (NAFs) e três instituições localizadas no município de Mata, RS: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata (STR), Escritório da Emater-Ascar/RS e Administração Municipal. A pesquisa foi realizada no Município de Mata, Rio Grande do Sul, localizado na Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense e Microrregião Santa Maria, em uma faixa de transição entre a Depressão Central do Rio Grande do Sul e o Rebordo de Planalto Central Brasileiro, onde se localizam os sítios paleontológicos, sobre rochas sedimentadas e rochas vulcânicas.² Considerado pequeno tanto em população residente (4.698 habitantes)³ como em extensão territorial (316,121 km²)⁴, é limítrofe com os municípios Jaguari, São Pedro do Sul, Jarí, Toropi e São Vicente do Sul; formando o COREDE Vale do Jaguari, com outros oito municípios⁵. Seu relevo possui uma característica dual, conformado por dois biomas: parte na Mata Atlântica, com áreas da Serra Geral; e parte no Pampa, com áreas de campo e várzeas.

A produção agropecuária é a base econômica do município, e a agricultura de base familiar desempenha um importante papel. Destacamos aqui algumas características da agricultura familiar (AF) municipal, relacionadas com o tema deste artigo: origem pluricultural, baseada em diferenças e similitudes, como a heterogeneidade da configuração racial, com predomínio de descendentes de imigrantes germânicos e italianos, assim como luso-brasileiros; organização socioespacial, conformada por comunidades rurais, distribuídas as residências ao longo da estrada geral⁶, centradas na cultura cristã e na reciprocidade, fundamentada na tríade escola, igreja e salão de atividades comuns (Malfatti, 2006; Moraes, 2009).

Com relação aos aspectos metodológicos deste artigo, a abordagem é a pesquisa qualitativa; os recursos utilizados para coletar dados são oriundos de um estudo de mestrado e incluem, por uma parte: entrevistas semiestruturadas realizadas pessoalmente com um líder⁷ de cada um dos quatro grupos de agricultores familiares, no segundo semestre de 2020; conversas e entrevistas com outros colaboradores locais; e análise de registros em livros de atas⁸. Durante as entrevistas, os quatro líderes agricultores, acompanhados de suas famílias, mostraram-se receptivos e interessados em compartilhar suas experiências como membros dos grupos. O roteiro foi apenas um guia para as conversas, pois o foco era proporcionar liberdade e confiança para que expressassem suas opiniões, com respeito aos Núcleos e às Instituições locais. Outros agentes locais foram entrevistados, tanto pessoalmente quanto por meio de redes sociais, no

¹ O artigo é derivado da dissertação de mestrado, defendida em dezembro de 2021, no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

² Mapa disponível em: <https://docplayer.com.br/16095261-Sitios-paleobotanicos-do-arenito-mata-mata-e-sao-pedro-do-sul-rs.html> Acesso em: ago. 2019.

³ Censo Demográfico 2022.

⁴ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mata/panorama> Acesso em: out. 2021.

⁵ Capão do Cipó, Cacequi, Jaguari, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul, Unistalda.

⁶ Estrada de relativa extensão, existente atualmente, no limite entre os municípios de Mata e Jaguari, a qual originou-se a partir da abertura de picadas na floresta.

⁷ Sua identidade foi preservada, com o uso de nomes fictícios, Arroz e Pêssego foram considerados neste artigo.

⁸ Duzentos e quinze (215) atas, datadas entre os anos 1980 e 2020, de quatro núcleos.

segundo semestre de 2020 e durante o ano 2021, com o intuito de enriquecer as entrevistas e compreender melhor o histórico dos grupos e sua interação com as instituições locais.

Por outra parte, durante o segundo semestre de 2020, entre os meses de agosto e dezembro, foi realizado o estudo de duzentas e quinze (215) atas dos núcleos, as quais foram gentilmente disponibilizadas pelos líderes dos núcleos, para esta finalidade. As atas analisadas estavam em livros físicos de quatro dos sete núcleos ativos no município, e passaram por leitura, revisão e resumo nesse período. Já no primeiro semestre de 2021, foi feita uma análise crítica do conteúdo, levando em consideração o contexto social em que as atas foram produzidas, a identidade e interesses dos autores, a confiabilidade do texto, sua natureza e lógica interna, assim como o significado dos conceitos relevantes (Cellard, 2008).

A abordagem metodológica utilizada para interpretar os dados coletados foi a análise de conteúdo, tanto para os livros de atas quanto para as entrevistas. Esse tipo de análise envolve desde a organização física do material até a interpretação e inferência sobre ele, buscando compreender o sentido atribuído pelos próprios entrevistados às suas vidas, revisitando repetidamente as fontes de dados e priorizando temas/categorias específicos (Poupart, 2010).

Os discursos dos quatro líderes foram gravados e posteriormente submetidos aos processos de transcrição e classificação, levando em consideração sua importância para atingir os objetivos estabelecidos. A análise foi concluída após um esforço minucioso de resumir, comparar e categorizar os dados encontrados nos registros dos livros de atas.

Para realizar essa análise, três critérios foram definidos para os temas identificados, visando facilitar a organização: a) temas mais frequentemente mencionados nas atas; b) temas que abrangessem os interesses dos diversos participantes das reuniões; e c) temas alinhados com o objetivo do estudo, que investiga as ações dos NAFs em parceria com as instituições. Após a primeira etapa da análise, os temas foram agrupados em três categorias, considerando uma quarta diretriz: a relação das instituições Emater, Administração Municipal e STR com os NAFs.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo compreende três seções: Contexto e Formação dos NAFs; Descrição dos Núcleos e Envolvimento das Instituições; Ações dos Núcleos de Agricultores em colaboração com as Instituições, sendo esta última seção subdividida em três partes, apresentando resultados a partir das categorias analisadas: Capacitação e ATER, Políticas Públicas (PP), e Reivindicações e Conquistas de Direitos.

2. Contexto e Formação de Núcleos de Agricultores Familiares (NAFs) no Município de Mata – RS

Os anos de constituição dos NAFs se dão em um contexto de repensar o papel da sociedade e a extensão rural, coincidem com um rebuliço de movimentos sociais reivindicativos de direitos socioeconômicos e de acesso à terra, tanto na área urbana como na área rural, em várias partes do território brasileiro, gerando uma mudança de postura defensiva a uma postura propositiva, considerada como um dos avanços no processo de pautas reivindicatórias e conquistas de direitos (Picolotto e Medeiros, 2017).

Durante as décadas de 1980 e 1990, junto com as mudanças estruturais, a academia e os movimentos sociais também passaram por transformações, coincidindo com o início do processo de redemocratização do país. Dessa forma, novos nomes e outros agentes passaram a ocupar espaços na cena política brasileira, ocasionando transformações e uma clara distinção entre categorias, nem sempre vinculadas ao sistema sindical predominante (Picolotto, 2018). Como consequência, “a atuação do Estado e das políticas públicas são modificadas e minimizadas, ganhando maior proeminência a atuação do mercado e da sociedade civil no desenvolvimento” (Emater, 2006, p. 14).

Isso resultou em um aumento das críticas voltadas ao modelo tecnológico utilizado na agricultura, principalmente em relação a questões controversas como sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica e justiça social: “sem investimento na organização e mobilização dos envolvidos, não mostrou eficácia” (Medeiros, 2001, p. 109). Essas críticas surgiram devido “ao empobrecimento de segmentos significativos da agricultura familiar, processos crescentes de expulsão da terra e aumento do grau de dependência dos agricultores a agentes externos” (Emater, 2006, p. 19).

Novas formas de organização dos agricultores familiares trouxeram novidades ao sindicalismo tradicional, a tal ponto do novo sindicalismo ser chamado na América Latina de novo movimento social (Ricci, 2009). O surgimento do novo sindicalismo foi viabilizado por um conjunto de práticas sociais que se solidificaram na primeira metade da década de 1970, surgindo devido a obstáculos na reprodução dos produtores familiares. Graças à sua postura de confronto com o Estado e os latifundiários, atraiu a adesão de diversas partes, de norte a sul do país (Favaretto, 2006).

Neste contexto de intensificação das lutas, como o Movimento pela Reforma Agrária, observa-se, paradoxalmente, a crescente mecanização da agricultura e as inovações impostas pelo avanço do capitalismo no campo, resultando no aumento da visão da terra como mercadoria e dos conflitos agrários. No âmbito político, destaca-se o agravamento e endurecimento do regime militar ditatorial no Brasil, em meio às demandas da sociedade por democracia. Além disso, crises internas afetaram as instituições que representam os trabalhadores rurais, como os sindicatos corporativistas.

Entretanto, a oficialização dos sindicatos dos trabalhadores rurais no Brasil foi uma estratégia utilizada pelo Estado para conter as mobilizações e os conflitos que surgiam repetidamente em todo o país. Assim, o sindicalismo continuou sendo uma das formas específicas de organização no meio rural, tendo desempenhado um papel fundamental na história da sindicalização no Brasil nos anos que antecederam a década de 1980. A ação sindical foi conduzida pela pauta dos mecanismos legais e institucionais existentes, com a presença do Estado como interventor no meio rural, com suas políticas de incentivo à modernização da agricultura, inserção de tecnologias capazes de aumentar a produção e a produtividade, com vistas à criação de dinâmicas integradoras com as indústrias e os mercados, que impulsionaram outra dinâmica estatal. (Favaretto, 2006. Grisa e Schneider, 2015).

Isso teve como resultado a multiplicação de associações de produtores rurais por todo o território nacional, já que as políticas públicas exigiram a participação em associações ou cooperativas, por diversos motivos. Ao apontar que o surgimento de associações é motivado pelo fato de facilitar o acesso a créditos agrícolas, aos canais de comercialização e à interlocução junto das instâncias governamentais, Fagotti (2017) convida a uma reflexão sobre a importância da união de produtores não apenas na coordenação das necessidades do grupo, mas também na credibilidade que a colaboração conjunta obtém, assegurando direitos perante outros setores da sociedade. Independentemente das intenções dos representantes das instituições, os produtores foram incentivados a tornarem-se “agentes participantes nos processos de implantação e consolidação das políticas públicas” (p. 36).

Contudo, o cenário histórico em que os NAFs surgiram, e que os envolveu, é marcado pela sindicalização e pelos movimentos que exigem políticas públicas para os agricultores familiares, impactados pela Revolução Verde, por um lado, e pela migração dos jovens para áreas urbanas e envelhecimento da população rural, por outro. A proposta de conformação de grupos nos aglomerados rurais do município de Mata, que se reunissem periodicamente e representassem o total das famílias, foi feita pelos técnicos do escritório da EMATER/ASCAR-RS no município, quem convocaram as famílias a constituírem um núcleo em cada localidade,

inicialmente como necessidade de facilitação de seu trabalho assistencial, para intercâmbio de informação, atualização das novidades sobre produção e implementação de novas técnicas.

Dessa maneira, os NAFs se originaram, a partir de 1980, sem personalidade jurídica, mas com diretoria eleita e livro de atas lavrado e assinado a cada reunião, em que pelo menos uma das instituições estivesse presente. Sua base foi a unidade produtiva familiar, presente em cada um dos aglomerados rurais, fortalecida pela cultura cristã, na tríade escola-igreja-salão comunitário, no âmago das interrelações vivenciadas por seus moradores, as quais se consolidaram em seu processo socio temporal, desde seus inícios. As características socioculturais dos imigrantes, que fundaram e se estabeleceram em torno de vinte comunidades rurais, determinaram o processo de organização da agricultura familiar em Mata, ao “consolidar um formato de associação comunitária e de agricultura de base familiar até então pouco conhecido na região” (Froehlich *et al*, 2008, p. 161).

Porquanto, mesmo que tenham recebido considerável influência de descendentes de italianos que migraram para a localidade, a organização do espaço a partir da abertura de picadas, característica dos teuto-brasileiros, modificou a paisagem destas comunidades rurais, e, apesar do êxodo rural e diminuição da população residente, ainda pode-se observar a mesma geografia, através da distribuição das moradias: a estrada seria a linha que, ao mesmo tempo, ampara e debilita cada uma das unidades familiares, revelando a necessidade intrínseca de, ao diferenciar e unir, estabelecer relações de pertencimento, proteção e reciprocidade. Relly (2013, p. 18) distingue o espírito colaborativo presente nas comunidades distribuídas ao longo das picadas e o atribui à presença de capital social, herança dos antepassados europeus, mas fortalecido em uma realidade imperativa por atitudes de apoio mútuo: “as escolas, o senso de autonomia, o cooperativismo, entre outros, seriam determinantes culturais do progresso observado nessas áreas”.

Enfim, a dinâmica local, com suas características próprias, somada ao contexto e aos interesses por implantar a agricultura moderna, impulsada pelas políticas de assistência técnica e extensão rural, influenciaram a natureza destes núcleos de agricultores. Iniciados pelo escritório da Emater, mas acompanhados de perto pelo STR e, em menor intensidade, pela Administração Municipal, os núcleos foram adquirindo outros aspectos e funções, pois os descendentes dos agricultores, ao permanecerem nas localidades rurais, herdadas de seus antecessores ou compradas/arrendadas de outros familiares ou vizinhos, trouxeram consigo novas expectativas e necessidades, como melhoria na infraestrutura (comunicação, eletricidade, controle da acidez do solo e água potável, pontes, açudes e bebedouros de animais, novas estradas de lavoura e maquinário agrícola).

Alguns estudos apontam que há dois tipos de associações de agricultores: aquelas criadas com caráter assistencialista, oriundas de iniciativas governamentais ou de agências de cooperação para o desenvolvimento, frequentemente estabelecidas no exterior e que subsistem enquanto houver recursos disponíveis de algum projeto. E aquelas que surgem da motivação dos próprios grupos locais para envolver seus membros ou beneficiários, legitimando sua existência. Essas operam de forma mais autônoma e têm maior potencial de perdurar ao longo do tempo, pois o fortalecimento do grupo ocorre progressivamente conforme são encontradas soluções colaborativas para questões compartilhadas. (Lima & Vargas, 2015).

Resultou difícil determinar onde se enquadrariam os NAFs pois, em alguns aspectos, são originados do projeto de ATER, com caráter assistencialista, apoiados pela presença do sindicalismo emergente; mas em outros aspectos, trazem as características das associações espontâneas e de interesses práticos, com base nos valores dos grupos familiares, que convivem nos aglomerados rurais do município, podendo ser considerados como organização de racionalidade substantiva, de acordo com Serva (1993, p. 37): “o fenômeno da multiplicação

de organizações alternativas ou coletivistas (aqui denominadas substantivas) tem tido um forte incremento desde os anos 1960, e tem sido observado em todos os continentes”.

3. Descrição dos Núcleos e Envolvimento das Instituições

Os NAFs, resumidamente, se caracterizam como associações informais de agricultores familiares, residentes nos aglomerados rurais⁹ do município, os quais se reúnem esporadicamente, para resolver assuntos de seu interesse, especialmente relacionados à produção, organização, compra coletiva de insumos, reivindicação de direitos e eleição de representantes junto às instituições e autoridades municipais, ou delegados em eventos fora do município. Elegem uma diretoria a cada dois anos e a condição para ser membro é participar das reuniões. Apesar de não possuírem registro legal oficial, têm seus livros de atas das reuniões, nos quais se pode constatar que a iniciativa de sua constituição se deu no início dos anos 1980, com a intenção de facilitar o serviço de assistência técnica e extensão rural, organizar os agricultores para o acesso às políticas públicas e melhorar a comunicação entre a sede e as comunidades rurais do município.

A média de participação nas reuniões não representa a totalidade dos membros dos aglomerados rurais, pois é de dezessete (17) participantes, e as comunidades possuíam um número bem maior de habitantes. No entanto, geralmente participaram das reuniões dos núcleos os membros da diretoria e, conforme o tema a ser tratado, um representante por família, geralmente do sexo masculino e responsável pela unidade produtiva familiar. Nesse fato, se pode perceber uma das principais finalidades da criação dos núcleos, ou seja, servir de enlace entre os agentes das instituições, presentes na área urbana, e as famílias moradoras na área rural. As mulheres, mesmo havendo participado de algumas reuniões, em número bem mais reduzido, têm seu próprio Grupo de Mulheres, relacionado aos programas da EMATER e ao STR.

A estrutura organizativa da categoria reconhecida como Agricultura Familiar em Mata, além da forma própria, sintetizada nas comunidades rurais e na conformação de núcleos de produtores rurais, tem seu apoio histórico, fundamentalmente, em duas entidades locais: Emater e STR, bem como o acompanhamento da Administração Municipal, especialmente pela Secretaria de Agricultura e Fomento. A relação de trabalho conjunto entre os Núcleos e as Instituições como Emater, Sindicato e a Administração Municipal, através de suas secretarias, foi positiva e considerada uma forma de trabalhar própria do Município de Mata, a qual se distinguia das formas de trabalho em outros municípios, segundo entrevista com ex- assistente administrativa do escritório da Emater em Mata (atualmente aposentada)¹⁰.

Nas atas analisadas, datadas a partir de 1980, se observa a presença constante dos técnicos da Emater, tratando de lidar com os temas de interesse dos participantes dos núcleos e, ao mesmo tempo, responder às exigências do contexto desses anos, quando afloravam os movimentos sociais ligados aos trabalhadores rurais e sem-terra, à trabalhadora rural e às questões e debates sobre a construção da categoria socioprofissional agricultura familiar (Neves, 2007). Esses acontecimentos influenciaram a busca de uma nova extensão rural, com vistas ao bem-estar social e acompanhar as mulheres e os jovens. Como relata o texto da Emater (2006, p. 19):

O trabalho básico da área de Bem-Estar Social permaneceu sendo os temas saúde, recreação e lazer, alimentação, educação, saneamento e habitação, complementados por ações de organização/associativismo rural. Incorporou-se, gradativamente, a

⁹ Clara, São José, Campestre, Capoeira, Chacrinha, Boa Esperança, Linha Canoa, Linha Holanda, São José do Louro, São Rafael (Pedreira), Demétrio Ribeiro, Picada dos Kaiser, Rincão dos Fontana, Sertão, Grama, Laje, São Roque, São Xavier e Pinheirinho.

¹⁰ Entrevista realizada em dezembro de 2020.

busca de tecnologias adaptadas aos agricultores familiares (denominados na época como pequenos produtores), definidos como público preferencial da extensão. Iniciaram-se, nesse período, as propostas de planejamento participativo.

Também realizavam reunião de diversos grupos quando o interesse era de todos, como grupos dos produtores de leite, suinocultores, hortigranjeiros. Cada escritório criava o seu próprio método de ação, levando em consideração as culturas existentes no município. No entanto, a formação de grupos e associações no interior do RS foi uma prática incentivada pela Instituição desde o início de seus trabalhos de ATER¹¹.

Paralelamente, o STR se fortalece e adquire uma representatividade municipal, junto aos NAFs, pois é notório como vai ocupando espaço, ao lado da Emater e, para inícios dos anos 1990, torna-se presença constante e assume protagonismo nas reuniões e na pauta dos debates.

A análise das atas dos Núcleos, com respeito à participação de representantes do STR e os assuntos por eles tratados, corroborou as informações obtidas no Folheto Comemorativo dos cinquenta anos do STR (2018), no qual se percebeu que a instituição empreendeu uma trajetória de reivindicação dos direitos dos trabalhadores rurais como categoria autônoma, de pequenos produtores rurais, proprietários de suas terras, enquadrados, em 1995, dentro da categoria profissional agricultura familiar.

Os principais projetos do STR, para fortalecer a agricultura familiar e o trabalho rural no município, foram realizados em parceria com a Emater e os Núcleos de Agricultores e Grupos de Trabalhadoras Rurais, em especial as visitas realizadas nas comunidades, para ouvir suas demandas e incrementar a assistência técnica, através de um técnico vinculado para a realização de projetos de assistência técnica integral, em convênio com a Fetag, assim como a realização de programas de rádio, reuniões, seminários e cursos de capacitação.

Segundo entrevista com ex-presidente do STR, sempre houve parceria com os Núcleos de Agricultores, que mantém, atualmente, a proposta de a cada semestre realizar reuniões nas comunidades, mesmo que os NAFs tenham perdido sua vitalidade, independentemente do número de participantes. Os líderes dos núcleos e líderes das trabalhadoras rurais¹² fazem parte do Conselho de Liderança Sindical e se reúnem a cada semestre para traçar as diretrizes de ação da entidade, e contribuem para a construção da pauta das políticas públicas municipais, que é encaminhada à administração municipal, no dia da Festa do Agricultor, realizada anualmente no último sábado de julho. Conjuntamente, exigem que as demandas dos associados sejam atendidas, como melhorias nas estradas e reativação de programas como calcário e patrulha agrícola¹³.

4. Ações dos Núcleos de Agricultores em colaboração com as Instituições

Após concluir a análise dos livros de atas, ciente das limitações inerentes a um documento antigo, redigido por pessoas com pouca familiaridade com a escrita e motivadas pela resolução de problemas práticos e reais, bem como pelo atendimento às diretrizes da consultoria técnica de registrar as reuniões, sem necessariamente elaborar relatórios

¹¹ Disponível em: <http://www.emater.tcche.br/site/multimidia/noticias/detalhe-noticia>

Acesso em: 12 abr. 2021.

¹² Nos aglomerados rurais, existem grupos de mulheres, alguns são acompanhados pela Emater e/ou pelo STR. Trabalham em parceria com o Núcleos de Agricultores. São atuantes junto às diretorias das capelas, tanto luteranas como católicas. E coordenam os eventos realizados nos salões de festas das comunidades. Especialmente são ativas na preparação da logística das festas semestrais, que se realizam para angariar fundos para a comunidade.

¹³ Programa municipal, implantado a partir de 2014, que consiste em ceder alguns maquinários da Prefeitura para a tutela coletiva dos Núcleos de Agricultores, facilitando o uso individual na unidade de produção, devido às distancias entre a sede municipal e os aglomerados rurais.

minuciosos, pois os registros contidos nas atas são concisos e apenas em parte conseguem transmitir toda a gama de acontecimentos que surgiram a partir e em torno da formação dos NAFs. Muitas vezes, esses documentos foram produzidos em momentos específicos, como a eleição de novas diretorias. Eles refletiam as reuniões que contavam com a presença de representantes de várias instituições. No entanto, por trás das anotações feitas em cada livro de atas, existe uma dinâmica invisível. Embora os cadernos estejam se deteriorando, e alguns estejam perdendo seu conteúdo físico de fato, há aspirações, trabalho em equipe, desafios, consciência, esperança e conquistas ocultas nas palavras desbotadas, que necessitam ser resgatadas e compartilhadas

Nesse sentido, a organização para a reivindicação de direitos fundamentais e para o acesso apropriado a eles, que direcionou a elaboração e a aplicação das PPs, incluída a política de ATER, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, pressupôs reconhecimento mútuo, aceitação da existência da AF como classe política e categoria socioprofissional, tanto pelas Instituições, como pelos próprios sujeitos sociais, pois exigiu mudanças igualmente complexas, com repercussão internacional (Grisa e Schneider, 2015).

Após uma minuciosa leitura preliminar das atas, os principais assuntos discutidos nas reuniões foram agrupados em três categorias para análise, entrelaçados em uma quarta categoria: as ações dos grupos de agricultores em relação às Instituições. Essas ações servem como indicadores da importância dos NAFs nas dinâmicas da Agricultura Familiar e em sua situação atual, além do seu papel no desenvolvimento local. Há uma compreensão da interdependência entre os três temas apresentados a seguir nesta seção, como resultados da análise das atas, inseridos em um processo complexo e multifacetado que ocorre em espaços interconectados construídos ao longo dos anos, como são os NAFs analisados.

4.1 Capacitação e Serviços de Assessoria Técnica e Extensão Rural às Unidades de produção Familiar que faziam parte dos NAFs, através do Escritório da EMATER-ASCAR/RS.

Conforme mencionado anteriormente, a criação dos NAFs surgiu por iniciativa do escritório municipal da Emater/Ascar-RS, com o objetivo de facilitar a implementação dos programas de modernização agrícola e garantir que os agricultores de Mata estivessem preparados para receber tais inovações. Contudo, a missão da entidade destaca que o desenvolvimento sustentável é um processo no qual as questões sociais, como a geração de renda, segurança alimentar e qualidade de vida, sempre foram priorizadas, ainda que por vezes negligenciadas no contexto da assistência técnica. “As populações envolvidas, apoiadas pelos agentes de extensão rural, devem ser coprodutores ativos dos resultados” (Emater, 2006, p. 9). Nesse sentido, a assistência técnica foi o foco inicial das primeiras reuniões (registradas em ata)¹⁴, e seu escopo não se limitou apenas à introdução de novas tecnologias, pois a dimensão social sempre foi considerada, como expresso no Marco Referencial da Entidade, para as ações de extensão:

A extensão rural possui uma função de caráter educativo não formal, participativo e de assistência, com uma efetividade social ampla na medida em que leva às populações conhecimentos nas diversas esferas da vida em sociedade, nas áreas de produção, organização, educação, saneamento ambiental e básico, saúde, nutrição, cultura, geração de renda, entre outras (p. 12).

14 Atas 1 a 10, junho de 1980 a agosto de 1987, Boa Esperança. Atas 1 a 7, de junho 1980 a abril 1987, em São José. Atas 1 a 6, de junho 1980 a junho 1987, Gramma.

Dos quatro livros estudados, três iniciam suas atas em 1980, quando técnicos da Emater estavam presentes, e os primeiros registros abordam a assistência técnica e criação de áreas de demonstração. Os temas abordados incluíam orientações técnicas sobre análise e preservação do solo, uso de calcário e adubo, cultivo de fumo, milho, feijão e batata, aplicação de fungicidas e inseticidas, e precauções necessárias para prevenir doenças. Também eram discutidos o controle de moscas domésticas e da mosca-das-frutas, produção de leite, silagem e biogás, armazenamento de grãos, criação de pequenos animais e culturas para subsistência, Sistema de Plantio Direto (SPD), reflorestamento e cultivo de lavouras permanentes, especialmente videiras.

Esses temas foram abordados nos três núcleos analisados. Em algumas ocasiões, foi mencionada a troca de experiências entre agricultores de diferentes núcleos e até com municípios vizinhos, como registrado no Núcleo São José: "um dos agricultores compartilhou sua participação em São Pedro do Sul, falando sobre o funcionamento do biogás e dos silos para melhorar a alimentação animal" (1981, Ata 04).

Outro tema relevante nas reuniões foi a produção pecuária, especialmente no Núcleo Boa Esperança, no entanto a discussão sobre produção de leite e aquisição de vacas leiteiras por financiamento, ocorreu também em outros núcleos, como Grama (1997, Ata 20). O tema da pecuária, sobretudo com animais de pequeno porte (galináceos, suínos) foi encabeçado pela administração municipal, além da Emater, e versou sobre: aquisição de um abatedouro de frangos, a ser construído no município, devido à necessidade da diversificação das atividades agrícolas, pela frustração das últimas safras, com a sugestão da criação de frangos. "Os mesmos produtores seriam os donos da indústria de frangos abatidos". A administração municipal expressa o interesse por construir um condomínio de porcos, criar galinhas e trabalhar em conjunto. "Os produtores tomaram a proposta, depois de muita discussão, e decidiram que vão conversar e responder em outra ocasião" (Boa Esperança, 1991, Ata 21). No entanto, quatro anos depois, o tema do condomínio ressurgiu no núcleo Boa Esperança. "Assunto: Núcleo e condomínio. [...] Ficaram em que realizarão reuniões para eleger um representante de cada núcleo." (1995, Ata 27).

Com respeito à atuação da Emater junto aos núcleos, sua presença volta a aparecer em meados dos anos 1990 e no ano 2000, coincidindo, especialmente, com o I Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Rural Sustentável. Perguntado sobre se existia ainda a assessoria da Emater, Arroz respondeu assim:

É, continua tendo relação com a Emater. Até eles me fazem visita aqui seguidamente, né, e a gente visita lá também. Eles vêm e me dão assistência em alguma coisa aqui, e melhorou alguma coisa aqui em casa também, através da Emater, né, do esgoto que foi feito. O encanamento da pia, pelo menos, saía daqui, ia lá embaixo, e lá corria campo fora. E aí, através da Emater, nós fizemos e cobrimos aquilo ali, e fizemos um buraco, enchemos de pedra, pedra graúda, e depois foi botado um plástico por cima. O sumidouro que foi feito ali. Aquilo a gente tinha ideia de fazer, mas nunca se deu muita importância pra fazer, e aí, através da Emater, ela veio, e olhou, e falou. Até que um dia eu peguei e fiz, foi muito importante o feito. E melhorou (Entrevista, 2020).

Ao analisar os registros em atas, bem como os relatos dos entrevistados, percebe-se que a contribuição da Emater foi crucial e possibilitou a realização de diversas atividades, principalmente durante a década de 1980 e início dos anos 1990. No entanto, mesmo que a presença da Emater junto aos núcleos não esteja claramente refletida nas últimas reuniões, há indícios de que o trabalho de extensão rural exercido pelo escritório, no município, somente diminuiu em um período posterior ao ano 2006, quando houve a demissão dos técnicos, já

aposentados, pelo governo estadual daquele ano. Para ser retomado poucos anos depois, com o enfoque mais social.

4.2 Papel da Administração Municipal e suas secretarias junto aos NAFs: promoção e execução de Políticas Públicas

No que tange ao assunto das políticas públicas (PP), é fundamental questionar o papel da agricultura familiar no modelo de sociedade (Vilela, 2017). Somente ao responder a essa questão e com base nela, é que serão estabelecidos parâmetros para a elaboração e implementação das políticas públicas, assim como a conexão dessas políticas com a ideia de desenvolvimento rural e a definição do papel da AF. Se considerarmos a AF como parte integrante da agricultura de forma ampla, serão estabelecidos critérios específicos para a implementação de PP, bem como a destinação de recursos/investimentos públicos para esse setor. Por outro lado, de acordo com dados do IBGE (2017), a AF ocupa somente 23% da área cultivada, enquanto o agronegócio ocupa 77% da mesma área; seguindo essa lógica, é possível perceber que os investimentos públicos serão distribuídos de maneira distinta entre esses dois setores.

No período de 1980 a 2020, as atas refletiram debates constantes sobre propostas e programas governamentais, demonstrando discussões, tomadas de decisão e ações coletivas para a implementação de Políticas Públicas nas comunidades rurais. Por exemplo: Ata 28 (1995), Núcleo Boa Esperança, onde fica evidente que a escolha de um líder para colaborar em projetos de gestão pública teve um papel fundamental nesse processo. Em 2017, pelo menos três núcleos (Boa Esperança, Pinheirinho e São José) conseguiram verbas parlamentares de um deputado para adquirir equipamentos agrícolas, visando o Programa de Patrulha Agrícola.

Os temas abordados foram diversos e relevantes para a resolução coletiva de questões que impactavam a comunidade, assim como para propor melhorias nas condições locais de desenvolvimento, como exemplificado em uma das atas do Núcleo Grama:

[...] União dos produtores, Sistema troca-troca de sementes, PRONAF na compra de vacas leiteiras, Pró Rural 2000, eletrificação rural e campanha do agasalho na própria comunidade. O secretário da agricultura explicou sobre Calcário, ureia, adubos naturais e sementes de milho e também foi discutido sobre a falta de documentos e de blocos para os produtores se aposentarem. A secretaria da saúde falou sobre o novo dentista e a educação para a saúde, na alimentação e prevenção de doenças, da falta de médicos e do caro que é. Dos módulos sanitários e da municipalização da saúde e de um posto ambulante para atender nas comunidades (1997, Ata 20).

Além disso, os programas mencionados nas atas eram diversos, incluindo Prorenda, Pró Rural 2000, PróLuz, Luz para todos, Previdência Social e Programa de Habitação Rural. Entre 2006 e 2012, foram construídas 110 casas, sendo algumas reformadas e outras novas. Seguro da Agricultura Familiar, desenvolvido no âmbito do Proagro, utilizando as estruturas institucionais e operacionais existentes no programa e no Pronaf. O Programa de Valorização da Pequena Produção Rural, ou Provap, é uma linha de crédito temporário para pequenas propriedades, sendo o STR o primeiro da região a reunir agricultores para obter esta forma de crédito (STR, 2018).

Programa troca-troca de sementes, especialmente milho, foi o mais citado nas atas, criado em 1988, com o objetivo de consolidar a produção de milho (híbrido, convencional e transgênico) no estado, entre agricultores familiares, para a produção de grãos e silagem¹⁵. Segundo dado fornecido pelo presidente do STR, aumentou de 10% a 65% o uso de milho

¹⁵Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/troca-troca-de-sementes> Acesso em: nov. 2021.

transgênico, entre seus associados, nos anos 2016 a 2019 (Entrevista, 2020). A forma de participação se dá através de instituições representativas (prefeituras, sindicatos, associações) que intermediam a operacionalização do programa em cada município. “O sindicato executa, desde sua origem, o programa troca-troca de sementes de milho e feijão, que foi uma das primeiras conquistas da FETAG nas PP junto ao governo do estado” (STR, 2018, p. 10).

Assim como o Programa de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza (RS Rural), desenvolvido pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul e decorrente de empréstimo do Banco Mundial (BIRD) e contrapartida do Estado do Rio Grande do Sul, foi direcionado aos agricultores familiares e agricultores assentados, pecuaristas familiares, pescadores profissionais artesanais, povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos. Concentrando suas ações na conservação e manejo dos recursos naturais, na melhoria da infraestrutura social básica e renda familiar, buscando diminuir os níveis de pobreza e degradação ambiental (Gartner e Bassi, 2007, p. 413). Os serviços básicos como saneamento, sanitários, água apta para consumo humano e instalações elétricas, que são citados em atas, possivelmente se referiam ao Programa RS Rural, de alívio da pobreza rural¹⁶.

Programa Nacional de Crédito Fundiário¹⁷ - PNCF (criado em 2003, em substituição ao programa Banco da Terra, criado em 1998). Faz parte das políticas de acesso à terra, coordenado pela Subsecretaria de Reordenamento Agrário e financia a “aquisição de terras por agricultores familiares sem-terra ou que possuem áreas insuficientes para a reprodução social da família” (Gomes *et al*, 2015, p. 362). Segundo dados analisados, sessenta famílias receberam financiamento nos dois Programas (STR, 2018).

O PRONAF foi o segundo programa mais discutido nas atas analisadas, por ser a primeira política agrícola nacional orientada principalmente para agricultores familiares e sua institucionalização, em 1995, ser um marco de reconhecimento oficial da categoria, abriu oportunidades para a criação de novas políticas específicas. O Pronaf investimento, criado em 1997, foi o resultado de anos de luta da representação sindical, junto aos agricultores, que acederam aos investimentos em máquinas, pecuária e infraestrutura. Em Mata, “os primeiros investimentos foram direcionados no melhoramento genético da produção leiteira” (STR, 2018, p. 13). Conforme registro do núcleo Pinheirinho (1997, Ata 09), “o Pronaf investimento foi liberado para oitenta (80) vacas leiteiras”. Igualmente, se lê numa das atas, sobre o Pronaf mais alimentos, do núcleo São José:

É financiado para um mínimo de três pessoas, sem juros, por cinco anos. O Pronaf C e D será de dez mil para investimentos em Paíol, pois a perda de milho armazenado chega a 40%. E para gado de leite, devido à deficiência de produção que existe para suprir a fábrica de queijo (2002, Ata 32).

Para os autores Grisa e Schneider (2015), nos anos 2000, o Estado reassume um papel mais ativo em referência às PP de amplos setores, com destaque às direcionadas à AF e as orientadas à promoção de segurança alimentar e nutricional. A mudança de direção, denominada ressaca do neoliberalismo do período anterior, contou com a decisiva participação das organizações sociais, que se remonta aos anos 1980, como “frutos da redemocratização, e à construção conceitual e político-institucional da categoria AF, em meados de 1990” (p. 10).

Assim mesmo, a análise das atas revela que foi na década de 2000 quando se intensificaram os temas relativos aos programas governamentais de incentivo à AF, como se pode observar na seguinte ata, do Núcleo Boa Esperança que, na ocasião, reunia três

¹⁶ Disponível em <<https://arquivofee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m16t04.pdf>>. Acesso em: nov. 2021.

¹⁷ A PORTARIA SAF/MAPA Nº 123, de 23 de março de 2021, aprova o Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Terra Brasil Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-saf/mapa-n-123-de-23-de-marco-de-2021-310090949>> Acesso em: nov. 2021.

aglomerados rurais: Boa esperança, Chacrinha e São José do Louro. De todas as atas analisadas, foi a que mais apresentou participantes, num total de cento e vinte e oito (128), sendo vinte e duas mulheres:

A finalidade da reunião foi tratar sobre o programa RS Rural, que vai beneficiar neste ano os moradores da microbacia de Boa Esperança. A reunião foi com a Emater de Mata e também contou com a presença do Prefeito Municipal. Os técnicos da Emater explicaram como o programa vai funcionar, os montantes destinados e distribuídos para os produtores e os critérios a serem cumpridos, como: pertencer a microbacia de proprietário, ou ter contrato assinado pelo proprietário. Os recursos vêm do Governo do Estado, através do banco. O prefeito explicou que os recursos do município serão aplicados em insumos e implementos agrícola (Boa Esperança, 2003, Ata 53).

Nesse contexto, a participação nas políticas públicas e a importância da organização da rotina diária das famílias de agricultores se tornaram os principais assuntos discutidos nas reuniões dos grupos ao longo do tempo, os quais foram inicialmente criados para facilitar a comunicação com os técnicos da Emater. De acordo com Medeiros (1989), as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, que podem resultar em privações, levam a diferentes reações, que vão desde a fuga da situação por meio do êxodo rural até atos de violência individual, ou, por outro lado, podem promover a "mobilização em defesa do que é considerado legítimo" (p. 13/215). A autora afirma que o tipo de reação é determinado pelo contexto sociocultural e conjuntural em que essas situações são vivenciadas.

Considerando que os NAFs se consolidaram como uma forma de enfrentar coletivamente as situações adversas e fortalecer a agricultura familiar em Mata, é relevante destacar o projeto de perfuração de poços¹⁸ artesianos para garantir o acesso à água potável. Enfatizado por dois dos líderes entrevistados (Arroz e Pêssego), o tema foi frequentemente abordado nas atas das reuniões: "Prefeito falou sobre poços artesianos, que serão construídos no município, conforme a necessidade da localidade" (Boa Esperança, 1997, Ata 37). Tanto no Núcleo Pinheirinho quanto em Boa Esperança, existem atualmente comissões dedicadas a garantir o fornecimento de água, um recurso essencial para a sobrevivência das pessoas e o eficiente desenvolvimento das unidades produtivas familiares.

Nos relatos de Arroz, se percebeu a importância da organização para manter o fornecimento adequado de água, e os desafios que se apresentam: disse que depois da construção do poço, funcionou bem por uns quatro anos, mas que há cinco anos não podem utilizar sua água, devido a que a bomba estava queimada, a tiraram para retificar e, quando foram instalar, as pessoas contratadas pela prefeitura para fazer o serviço se equivocaram e derrubaram a bomba e afundaram-na sobre o barro com a retroescavadeira.

Questionado sobre a atuação das dezenove famílias que usavam a água do poço, se não teriam condições de fazer outro, Arroz disse que sim, e até juntaram o dinheiro para perfurar um novo poço, mas que quando decidiam e iam pedir colaboração da prefeitura com maquinário, havia a promessa de que logo haveria um financiamento para isso, e assim o tempo foi passando, e as famílias aguardando. No entanto, no final de 2023, Arroz declarou que a atual administração municipal, em conjunto com a comissão do poço, havia solucionado o problema.

Outro livro de atas que enfatiza a questão da perfuração do poço e fornecimento de água às propriedades rurais, é do núcleo Pinheirinho, que abrange unidades de produção familiar

¹⁸Em alguns aglomerados rurais, as famílias sofrem a escassez de água potável. Por essa razão, houve a perfuração de poços artesianos, com recursos estatais, coordenados pela administração municipal e acompanhamos pelos núcleos de agricultores, que criaram uma comissão para coordenar a distribuição de água para as famílias.

pertencentes a Jaguari e Mata, pois há membros de ambos municípios, conforme expressado na fala de Pêssego:

Fizemos várias reuniões e levou dois anos para vir a verba para a construção do poço, levaram mais um ano pra fazer. Foi uma conquista da organização da comunidade, entre Jaguari e Mata, o poço é das pessoas dos dois lados. Éramos quarenta e duas famílias. Aqui a água ajudou muito. Nós mesmos não tínhamos água. A filha era pequena e buscávamos a água lá no outro lado, tudo nas costas, longe, não tinha condição. Isso faz uns 15 anos. Então, foi uma coisa boa, do núcleo, né. (Entrevista, 2020).

O núcleo Pinheirinho nomeou o tema de poço artesiano pela primeira vez na Ata 23, ano 2000, quando informou que o município tinha dinheiro disponível para perfurar poços. Os membros do núcleo e a administração municipal de Jaguari e Mata conversaram e colaboraram entre si durante dois anos. Até 2002 (Ata 30), a diretoria do núcleo e a comissão do poço se uniram e, em todas as atas posteriores, até setembro de 2020¹⁹, a organização em torno ao poço artesiano e o fornecimento de água foram os temas principais. Segundo Sen (1999/2010), o desenvolvimento reflete a condição de agente dos indivíduos e certo nível de liberdade pessoal, que resulta em comprometimento social, ou seja, em capacidade para confrontar e resolver os problemas que se apresentam. Ao citar o mutirão: “reunião entre beneficiários do poço artesiano, assunto: aprovar como será refeita a rede elétrica do poço artesiano, colocar fio de cobre, vão ser trocados todos os postes; no sábado, mutirão para cravar os postes” (2020, Ata 47) se evidencia que os agricultores familiares ainda trabalham juntos em tarefas comuns de interesse coletivo.

Por este motivo, seria conveniente realizar um estudo avaliativo mais aprofundado, sobre esse programa específico de água potável, como também sobre continuidade desta e das outras políticas públicas, implementadas no município, em seus aspectos: “agrícolas, agrários, ambientais, sociais, de segurança alimentar e nutricional, de desenvolvimento territorial, de ciência e tecnologia” (Grisa e Schneider, 2015, p. 13), que analisasse como e em que nível as PPs foram apropriadas pelos agentes locais, suas contribuições e limites, e como influíram na melhoria das condições de vida dos agricultores e suas famílias, bem como na sua permanência na localidade e sua reprodução social.

4.3 Reivindicações e Conquistas de Direitos: Representação Sindical e Ações Participativas

No que se refere às ações de reivindicação, negociação e conquista de direitos como cidadãos e como categoria política e socioprofissional, pode-se observar que as discussões e ações foram orientadas principalmente para melhorar as condições da unidade de produção familiar e a qualidade de vida das famílias. Isso foi comprovado no acesso organizado às PPs, como: aquisição de sementes de feijão e milho, moradias (novas ou reformadas) e abertura de poços artesianos. A partir do final da década de 1980, a presença de representantes do STR se intensificou em todos os núcleos para ajudar a implementar as conquistas sociais. Foi a instituição que mais vezes esteve presente nas reuniões dos núcleos Boa Esperança, Grama e São José, de acordo com os dados das atas.

Os debates sobre ações relacionados às PPs e às reivindicações de direitos, bem como participação dos membros dos núcleos em manifestações, foram trazidos à pauta dos núcleos pelos membros do STR. Segundo Picolotto e Medeiros (2017, p. 347), “os pequenos agricultores do Sul [grifo dos autores] garantiram seu espaço, centrando suas reivindicações

19 Ata n. 50, última ata que constava no livro do núcleo Pinheirinho, para a data da pesquisa, dezembro 2020.

principalmente em torno de dois temas: previdência social e política agrícola adequada às suas necessidades”. Assim como em outros municípios, o protagonismo dos agricultores familiares em Mata, ocorreu com o suporte do STR. Como se pode observar no testemunho de uma agricultora (STR, 2018, p. 30):

Assim foram muitas viagens, a Porto Alegre e inclusive a Brasília, de ônibus, levava em torno de 36 horas. Mas tudo isso foi muito proveitoso, conheci muitas pessoas e aprendi muito e tento passar para as mulheres o quão vale a pena [...] eu me sinto grata por tudo o que o sindicato fez e continua fazendo por nós mulheres e agricultores.

A promoção de encontros municipais intercomunitários, que no início estavam relacionados ao dia do trabalhador, com pautas de protestos e mobilizações, em especial para regulamentar a forma de encaminhamento e pagamento das aposentadorias, foi uma das ações liderada pelo STR. “Em meados de 1992, se pagam as primeiras aposentadorias para as mulheres no município. Foi impressionante a reestruturação nas propriedades rurais com o acréscimo da renda da mulher” (STR, 2018, p. 11).

Nesta lógica, as atas de Boa Esperança expressam: “Protesto dos trabalhadores rurais de Mata contra os altos juros e correção monetária. Necessidade de novos preços para os produtos (1987, Ata 09) e “STR tratou da organização dos produtores para protestar contra a cobrança da correção monetária ao crédito agrícola” (1988, Ata 11). Logo, passou-se às diferentes edições do Grito da Terra e, em nível municipal, à Festa do Dia do Agricultor, como forma de legitimar demandas, que são encaminhadas.

Importância do vigésimo grito da terra brasil. Pois foi nos gritos da terra que se avançou em conquistas como Pronaf, Banco da Terra, Habitação Rural. O RS é o estado que mais apresenta propostas para o grito da terra e onde se avançou em benefício da agricultura familiar (São José, 2014, Ata 45).

A Festa do Dia do Agricultor, bem como outros encontros de agricultores, tem em sua pauta ações com caráter avaliativo, incluindo um histórico de realizações e conquistas, organização de demandas e, talvez o mais importante para os participantes, um caráter celebrativo, pois incentiva o encontro de amigos e familiares de diferentes comunidades rurais. Essa festa, que acontece anualmente, geralmente em julho, foi assunto presente em diferentes atas, em cada núcleo, ocasião em que se incentivava à participação. Convites e organização de atividades em municípios vizinhos são outras pautas frequentes nas atas: “Participar da inauguração da Casa Familiar Rural, em Jaguari e do vigésimo quarto encontro das trabalhadoras rurais de Tupanciretã” (São José, 2013, Ata 44).

Contudo, por variadas razões, talvez devido à possibilidade de acesso aos programas governamentais, os quais contribuíram de certa forma para a melhoria da situação econômico-social das famílias agricultoras ao atenderem suas necessidades, como melhorias nas estradas, acesso à eletricidade e internet, financiamento para aquisição de veículos de passeio, assim como maquinários e implementos agrícolas; talvez em decorrência da diminuição da população rural residente, observou-se que a participação nas reuniões dos grupos foi mais intensa nas três primeiras décadas (1980, 1990, 2000), diminuindo nos últimos anos. Devido ao fato de ainda existir um número considerável de famílias vivendo na zona rural do município, resgatar alguns debates e ações reivindicativas e representativas sindicais mencionados nas atas ao longo da história dos NAFs é essencial e relevante, pois evidenciaram seu papel enquanto espaço organizacional e participativo. Assim como lemos em Wanderley (2009, p. 27):

Uma vez que os camponeses se comunicam e compartilham um projeto político unido, cujo propósito seja transformar o campo, eles se constituem em uma classe que pode

ser bastante capaz de deixar sua marca nas transições que ocorrem em um determinado momento.

Desse modo, o mútuo estímulo em relação à importância de estarem organizados e unidos é evidente desde as primeiras atas até as mais recentes, como exemplificado pelo núcleo São José (1983, Ata 05), que discutiu sobre a importância do grupo na comunidade e sobre a união entre homens, mulheres e jovens. Durante as discussões, foi abordada a questão do êxodo rural: "todos se comprometeram a fazer algo para reduzir a migração do campo para a cidade e conscientizar as pessoas de que a vida na área urbana não é tão simples". Além disso, em várias ocasiões foram realizados trabalhos comunitários e ações coletivas, como aquisição de insumos agrícolas. O esforço em prol da organização de iniciativas conjuntas intensificou-se no período entre 1998 e 2000, coincidindo com os diagnósticos e propostas feitas no âmbito do Plano Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS). Nessa direção, "a partir do estudo realizado no Primeiro Ciclo Municipal de Planejamento para o Desenvolvimento, o sindicato começou a investir na promoção da juventude rural" (STR, 2018, p. 14).

Alguns registros mostram que as reivindicações não estavam restritas apenas aos níveis estadual e federal, ocorrendo quando eram escolhidos delegados para representar a classe durante manifestações em Porto Alegre e Brasília²⁰, ou ao reunir demandas para apresentar na Constituinte, conforme descrito no livro de atas do Núcleo Gramma: "Finalidade da reunião: reivindicações e sugestões para a Constituinte, dando continuidade aos pedidos e demandas de outros núcleos, coordenados pela Emater" (1987, Ata 05). Dessa forma, de acordo com Moura (2007, p. 242), o estabelecimento de políticas públicas como o PRONAF foi resultado da pressão dos movimentos sociais e permitiu vislumbrar mudanças que possibilitaram a participação dos agricultores familiares no diálogo, por meio da criação dos "Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural" – CMDRs, permitiu e potencializou o acesso dos agricultores familiares a discussões e decisões relativas ao desenvolvimento rural do município". Referências ao CMDR aparecem em algumas atas, como no Núcleo São José (2000, Ata 24):

Reuniram-se os representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, STR, Emater, Banco do Brasil e produtores rurais, grupo de mulheres e jovens da comunidade para a apresentação de projetos municipais, estaduais e federais de desenvolvimento rural.

Desse modo, as reivindicações e negociações ocorriam com frequência no âmbito municipal, como evidenciado no núcleo São José: "Informações sobre o comitê formado no município, com representantes dos dez núcleos. Esse comitê seria porta-voz dos produtores perante às repartições públicas" (1987, Ata 07). Essas reivindicações se traduziam em demandas por melhores serviços, tais como estradas, energia elétrica, educação e saúde; fiscalização dos representantes municipais como prefeitos, secretários e vereadores; além de controle sobre a utilização dos recursos do município, conforme relatado pelo núcleo Pinheirinho (1997, Ata 08): "[...] Conselho Municipal com a representação dos Núcleos por área, para fiscalizar a Prefeitura Municipal e outros setores das secretarias".

Igualmente, foi registrado pelo Núcleo Pinheirinho a convocação de "umas três ou quatro pessoas para participarem da sessão na câmara municipal, com o objetivo de representar o núcleo e defender seus interesses" (1997, Ata 05). Nas atas seis e sete, do mesmo ano, o núcleo solicita e debate as Leis Orgânicas dos municípios de Jaguari e Mata. Assim, no ano

²⁰ Marcha das Margaridas, Núcleo São José, 2007, Ata n. 40.

2001, Ata 29, há convite para assistir à votação de projeto na Câmara de Vereadores. Da mesma forma, se pode constatar em outra ata do núcleo:

Reunião dos membros do núcleo e a comunidade, com a finalidade de discutir o estado precário das estradas. Decidiu-se por convocar os vereadores de Mata e Jaguari, representantes da região conforme compromisso firmado e assinado em ata quando em campanha eleitoral. A data a ser definida o mais breve possível (Pinheirinho, 1998, Ata 20).

Portanto, durante a análise das atas, se confirmou uma atitude de esforço coletivo, que garantiu a realização de ações conjuntas, exemplificada na ata de fundação do núcleo Pinheirinho (1996, Ata 01): “reuniu-se a comunidade para formar um núcleo, com a intenção de ter mais força para reivindicar os interesses de todos os participantes”. Os temas principais discutidos nos encontros registrados nas atas dos grupos analisados referiram-se à integração entre produção e assistência técnica, aos serviços de infraestrutura e aos programas de apoio à agricultura familiar por meio de políticas públicas. Embora a mobilização para reivindicações como categoria tenha sido observada de maneira moderada, ela esteve presente durante o período analisado, assim como a colaboração de todos para que os delegados pudessem participar dos eventos reivindicativos e outras ações de interesse comum, como foi registrado pelo núcleo Boa Esperança (2001, Ata 45): “Foram escolhidos três homens e duas mulheres para participarem da manifestação em Porto Alegre. [...] Uma promoção festiva para arrecadar fundos para este grupo, com data a ser definida e com a colaboração de todos”.

3. Considerações Finais

Os núcleos estudados têm suas raízes no processo de ocupação e formação da comunidade local em Mata, construído a partir de diversas experiências de organização, esforços para superar desafios e manter as tradições sociais, especialmente no que diz respeito à agricultura familiar. A dinâmica que surge da criação dos NAFs nas comunidades rurais do município e das interações entre diferentes instituições e os agricultores familiares neste contexto social é notável. As reuniões, influenciadas sobretudo pela Assistência Técnica e Extensão Rural, refletem um ambiente dialogal onde se valoriza o debate e a busca por decisões consensuais, tanto em relação aos temas discutidos quanto às ações a serem tomadas. O principal objetivo dessas iniciativas era promover a melhoria na qualidade de vida dos participantes e suas famílias, tanto nas propriedades rurais quanto na comunidade em geral. Além de buscar o crescimento econômico através de medidas como geração de renda e diversificação da produção, essas atividades visavam também o desenvolvimento sustentável local, enfatizando a importância da participação ativa da população na tomada de decisões como um elemento fundamental nesse processo.

Embora a iniciativa de criação tenha partido da Emater, as famílias agricultoras se envolveram ativamente nas discussões, elegendo seus próprios representantes e enxergando nos núcleos uma oportunidade tanto para receber assistência técnica e extensão rural, pleitear acesso e implementação de políticas públicas, quanto para participar de atividades ligadas à organização sindical e às conquistas relacionadas à categoria Agricultura Familiar. A maioria desses núcleos existe há mais de quarenta anos, contando também com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e da Administração Municipal.

As três instituições analisadas colaboraram com os NAFs desde o início até hoje, com diferentes níveis de envolvimento ao longo do tempo. A análise dos registros revela que essas instituições trabalharam juntas e concordaram em alguns aspectos, enquanto em outros agiram individualmente. No entanto, sua atuação permitiu a organização e encaminhamento de

demandas dos agricultores familiares e a inclusão de várias reivindicações na agenda. Isso possibilitou que políticas públicas beneficiassem um maior número de agricultores, graças à cooperação entre as Instituições, diretorias dos NAFs e participação dos sujeitos nas reuniões convocadas.

A Emater se sobressaiu ao fornecer assistência técnica e extensão rural visando à melhoria da produção e à geração de renda. A gestão municipal priorizou a infraestrutura e os programas de suporte à agricultura familiar, com destaque para o programa de patrulha agrícola. O STR direcionou seus esforços para questões relacionadas à defesa de políticas públicas e direitos, como a aposentadoria rural para homens e mulheres, além da coordenação de programas como o Sistema troca-troca de sementes e o PRONAF.

Por meio da análise dos registros das reuniões de quatro núcleos, dos sete ativos no município, juntamente com os relatos dos líderes entrevistados e outros agentes locais, embora não tenha sido feita uma contagem das ações coletivas, este estudo se propõe a concluir que os NAFs, reconhecidos como espaços onde alternativas são criadas em conjunto, tiveram um papel fundamental nas práticas produtivas e nos processos coletivos das unidades de produção familiar. Isso ajudou na busca por soluções conjuntas para problemas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e fortalecer os laços sociais em cada comunidade rural.

Pode-se inferir que as conquistas foram fruto de esforços, negociações e ações conjuntas. Os debates realizados e registrados nas atas e nos pronunciamentos dos líderes resultaram em ações para melhorar a qualidade de vida da população rural. Foram muitos os avanços nesse processo de desenvolvimento, como aposentadoria da mulher rural, e outras PP: eletricidade, internet, melhoria na habitação rural e nos convênios de saúde. Mas essa dinâmica da vida é contínua, assim como o esforço por permanecer no ambiente rural com um mínimo de condições de bem estar coletivo, pois existem problemas cotidianos que solucionar.

Diante do exposto, surge o desafio atual de revitalizar os NAFs, uma vez que os líderes apontaram claramente a necessidade de maior união e engajamento. Alguns estão inativos e os sete núcleos ativos em 2023 se concentram na Comissão do Poço e no Programa de Patrulha Agrícola, ambos temas considerados fundamentais em suas falas.

Referências

Fontes Primárias:

Livros de Atas de quatro Núcleos de Agricultores Familiares dos aglomerados rurais de Mata, RS: Boa Esperança, Grama, Pinheirinho e São José.

Entrevistas a quatro líderes de Núcleos de agricultores e outros agentes municipais.

Fontes Bibliográficas:

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J.; *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295 – 316. PDF Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2678333> Acesso em: Mar. 2024

EMATER. Rio Grande do Sul / ASCAR. **Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR**. Porto Alegre, 2006. 83 p. Disponível em: <http://www.emater.tcche.br/site/arquivos/relatorio-institucional/marco_referencial_outubro_2006.pdf> Acesso em: Nov. 2021.

FAGOTTI, Licia Nara. **O 'fazer-se' associativo: Associativismo e Agricultura Familiar no Interior Paulista**. Repositório Institucional Unesp, 2017. Disponível em: <[Http://Hdl.Handle.Net/11449/150693](http://hdl.handle.net/11449/150693)>. Acesso em: Jun. 2021

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.21, n.62, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/hmKCwD8TRcXqKWDSdTCRMhw/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: Mar. 2024.

FROEHLICH, José Marcos *et al.* **A colonização alemã na região central do Rio Grande do Sul – Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Antropolítica Niterói, n. 25, PDF p. 159-177, 2008.

GARTNER, Carolina. BASSI, Lauro. Programa RS Rural como instrumento de apoio à Conservação da Biodiversidade **Revista. Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007 Disponível em <<https://arquivofee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m16t04.pdf>>. Acesso em: nov. 2021.

GOMES, Carla. CAZELLA, Ademir. BÚRIGO, Fábio. SENCÉBÉ, Yannick. **Crédito fundiário no Brasil: instrumento de ordenamento fundiário?** p. 361-380 *In*: Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Cátia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (Org.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**–Resultados Definitivos. Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105.

IBGE – SIDRA Tabela 4709, **Censo Demográfico 2022** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios> Acesso em: Ago. 2023.

LIMA, Filipe Augusto; VARGAS, Letícia Paludo. Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação agroecológica. **Revista. Ceres**, Viçosa, v. 62, n.2, p. 159-166, mar-abr, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rceres/a/RzYYt8JQbJ4RF8hbSM9XJjL/?lang=pt>> Acesso em: nov. 2021.

MALFATTI, Selvino. AGOSTINI, Lenir. **Ontem Madeira, Hoje Pedra**. Santa Maria. Centro Universitário Franciscano, 2006. 87 p.

MEDEIROS, Leonides S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989. Introdução e Cap. 1-4.

_____. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. Buenos Aires: Editorial CLACSO, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100929012955/7medeiros.pdf>> Acesso em 31/10/2020.

MORAES, Fernanda D. **A Organização Espacial de Mata - RS: reestruturação produtiva no seu espaço rural**. 2009, 155p. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9303/MORAES%2c%20FERNANDA%20DALOSTO.pdf>> Acesso em: ago. 2019.

MOURA, Joana Vaz de. **Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS) e a construção democrática: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o estado?** Organizações Rurais & Agroindustriais, vol. 9, núm. 2, 2007, pp. 241-255 Universidade Federal de Lavras Minas Gerais, Brasil Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87890208>> Acesso em nov. 2021.

NEVES, Delma P. Agricultura Familiar: Quantos Acoroadouros. In: **FERNANDES, B. M.**; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PICOLOTTO, Everton L. **Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas**. Lua Nova, n. 104, p. 201-238, 2018.

PICOLOTTO, Everton L.; MEDEIROS, Leonides S. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. In: **BERGAMASCO**, Sônia P.P.; Delgado, Guilherme (org.) *A Agricultura Familiar no Brasil*. Brasília: MDA/NEAD, 2017.

POUPART, Jean. *et al* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

RELLY, Eduardo. **Floresta, capital social e comunidade: imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)**. 2013, 182p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/330/1/EduardoRelly.pdf>> Acesso em: jan. 2021

RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64. In: **Fernandes, Bernardo et al.** Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. Vol. II, pp. 321-338.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**, 1999. Tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo. Cia de Letras, 2010. 460 pp.

SERVA, Maurício. **O Fenômeno das Organizações Substantivas**, 1993, Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV, São Paulo, Brasil. pp 36-43.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MATA (STR) **50 anos de História**. Folheto Informativo próprio. Impressão JA Editora, Flores da Cunha RS, 2018. 39p.

VILELA, S. L. de O. Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma "questão tecnológica". 2017. pp.246-264. In **Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria (orgs.)** Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, 470 p. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf> Acesso em: out. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 336 p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/232612>> Acesso em: set. 2021.